

SHA - CÂMARA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS, LETRAS E ARTES (PÔSTER)

NOME: SUZANA MARIA DA GLORIA FERREIRA

TÍTULO: O ESTADO E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SUA EFICÁCIA NO MEIO SOCIAL

AUTORES: SUZANA MARIA DA GLORIA FERREIRA

ORIENTADOR:

PALAVRA CHAVE: direito humanos violencia

RESUMO

Os direitos humanos têm gerado inúmeras discussões acerca de sua validade e obrigatoriedade, principalmente no que tange aos Estados signatários dos pactos internacionais: estes pactos não constituem especificamente uma obrigação jurídica, mas simples obrigação moral frente à comunidade internacional. Desta forma, mesmo com a assinatura desses tratados os países não se consideram obrigados a cumpri-los, o que só faz dificultar a transformação das garantias instituídas nos tratados internacionais em direitos subjetivos, ou seja, direitos aos quais os cidadãos possam recorrer e deles se valer quando de alguma injustiça.

Os direitos humanos ganharam destaque no período pós-guerra, frente às atrocidades cometidas principalmente pelo nazi-fascismo. Esse período obscuro da história foi marcante para a elaboração de um órgão internacional que pudesse influenciar todas as nações, com o intuito de manter a paz mundial: a ONU. Através dela, tornou-se possível a eleição de pontos fundamentais a todas as nações, independente da cultura ou crença do país, surgindo aí as primeiras noções de direitos humanos: aqueles inerentes a toda pessoa humana, aqueles que circundam o princípio da dignidade da pessoa humana. Baseando-se no conceito de que nenhuma pessoa pode ser submetida a tratamento degradante ou que venha de encontro à sua dignidade e integridade. Incluídos nessa categoria estão os que condizem aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, de solidariedade, harmonia e paz.

Frente às dificuldades encontradas pela ONU para a transposição desses direitos internacionais aos ordenamentos jurídicos dos Estados signatários, foram propostas medidas como a elaboração de agendas ou programas nacionais, que estipulassem metas ou diretrizes internas, tratando dos anseios daquela sociedade e meios de promover a aplicação dos direitos humanos de forma indisponível, indissociável, imprescritível e igualitária, assim como trata o rol internacional de Direitos Humanos.

O tema do projeto, portanto, trata dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH's) promovidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e seus possíveis resultados na sociedade civil brasileira. Para tanto, através do método hipotético-dedutivo, analisou-se o contexto histórico-social dos Programas Nacionais de Direitos Humanos já elaborados pelo Estado brasileiro. Baseando-se na hipótese de que, mesmo com um discurso democrático e de defesa dos direitos humanos, o Brasil tem uma postura de contradição em relação a esses direitos.

A análise do discurso proferido pelo país frente à comunidade internacional bem como em sua própria jurisdição – reflexos dos quais pode-se observar nos Programas Nacionais de Direitos Humanos e, inclusive na Constituição Federal- pretendeu compreender os anseios da sociedade brasileira no momento de criação desses programas, o que possibilita verificar se eles foram atendidos ou não e qual a postura da população brasileira no período pós-PNDH's, quanto à temática de direitos humanos.

A coleta e levantamento de dados de órgãos oficiais tais como, ONU, OEA (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), IBGE, Ong's e outras instituições especializadas na temática dos direitos humanos, possibilitará a análise dos resultados obtidos através da implantação dos Programas Nacionais de Direitos Humanos, indicando, por fim, o real alcance desses programas no bojo social.

Indicando a amplitude e/ou limitações desses programas, a fim de indicar "saídas" para os problemas de sucumbência efetiva dessas metas no seio da sociedade.

SHA - CÂMARA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS, LETRAS E ARTES (PÔSTER)

NOME: SUZANA MARIA DA GLORIA FERREIRA

TÍTULO: O ESTADO E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SUA EFICÁCIA NO MEIO SOCIAL

AUTORES: SUZANA MARIA DA GLORIA FERREIRA

ORIENTADOR:

PALAVRA CHAVE: direito humanos violencia

RESUMO

Os direitos humanos têm gerado inúmeras discussões acerca de sua validade e obrigatoriedade, principalmente no que tange aos Estados signatários dos pactos internacionais: estes pactos não constituem especificamente uma obrigação jurídica, mas simples obrigação moral frente à comunidade internacional. Desta forma, mesmo com a assinatura desses tratados os países não se consideram obrigados a cumpri-los, o que só faz dificultar a transformação das garantias instituídas nos tratados internacionais em direitos subjetivos, ou seja, direitos aos quais os cidadãos possam recorrer e deles se valer quando de alguma injustiça.

Os direitos humanos ganharam destaque no período pós-guerra, frente às atrocidades cometidas principalmente pelo nazi-fascismo. Esse período obscuro da história foi marcante para a elaboração de um órgão internacional que pudesse influenciar todas as nações, com o intuito de manter a paz mundial: a ONU. Através dela, tornou-se possível a eleição de pontos fundamentais a todas as nações, independente da cultura ou crença do país, surgindo aí as primeiras noções de direitos humanos: aqueles inerentes a toda pessoa humana, aqueles que circundam o princípio da dignidade da pessoa humana. Baseando-se no conceito de que nenhuma pessoa pode ser submetida a tratamento degradante ou que venha de encontro à sua dignidade e integridade. Incluídos nessa categoria estão os que condizem aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, de solidariedade, harmonia e paz.

Frente às dificuldades encontradas pela ONU para a transposição desses direitos internacionais aos ordenamentos jurídicos dos Estados signatários, foram propostas medidas como a elaboração de agendas ou programas nacionais, que estipulassem metas ou diretrizes internas, tratando dos anseios daquela sociedade e meios de promover a aplicação dos direitos humanos de forma indisponível, indissociável, imprescritível e igualitária, assim como trata o rol internacional de Direitos Humanos.

O tema do projeto, portanto, trata dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH's) promovidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e seus possíveis resultados na sociedade civil brasileira. Para tanto, através do método hipotético-dedutivo, analisou-se o contexto histórico-social dos Programas Nacionais de Direitos Humanos já elaborados pelo Estado brasileiro. Baseando-se na hipótese de que, mesmo com um discurso democrático e de defesa dos direitos humanos, o Brasil tem uma postura de contradição em relação a esses direitos.

A análise do discurso proferido pelo país frente à comunidade internacional bem como em sua própria jurisdição – reflexos dos quais pode-se observar nos Programas Nacionais de Direitos Humanos e, inclusive na Constituição Federal- pretendeu compreender os anseios da sociedade brasileira no momento de criação desses programas, o que possibilita verificar se eles foram atendidos ou não e qual a postura da população brasileira no período pós-PNDH's, quanto à temática de direitos humanos.

A coleta e levantamento de dados de órgãos oficiais tais como, ONU, OEA (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), IBGE, Ong's e outras instituições especializadas na temática dos direitos humanos, possibilitará a análise dos resultados obtidos através da implantação dos Programas Nacionais de Direitos Humanos, indicando, por fim, o real alcance desses programas no bojo social.

Indicando a amplitude e/ou limitações desses programas, a fim de indicar "saídas" para os problemas de sucumbência efetiva dessas metas no seio da sociedade.